

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.183 - PE (2019/0204557-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : PRISCILA CARLA DE FRANCA PONTES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de PRISCILA CARLA DE FRANCA PONTES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, proferido no HC n. 1890001683-63.2019.8.17.0000.

Extraí-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), tendo sido concedida liberdade provisória em sede de audiência de custódia.

Posteriormente, em razão da prática de novo delito, o magistrado singular, em 21/9/2017, decretou a prisão preventiva da paciente.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

PROCESSO PENAL. PENAL. HABEAS CORPUS SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 33 DA LEI DE DROGAS. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO E VIOLAÇÃO ÀS GARANTIAS DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E PROPORCIONALIDADE. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. INSTRUÇÃO CRIMINAL JÁ ENCERRADA SUMULA 52 DO STJ. CONDIÇÕES DA PACIENTE. SÚMULA 86 DO TJPE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. (fl. 57).

No presente *writ*, sustenta o impetrante que a paciente estaria acautelada há quase 2 anos, a ponto de restar configurado excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

Indeferida a liminar (fls. 74) e informações prestadas (fls. 76/99), o Ministério

Superior Tribunal de Justiça

Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 107/110).

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se no presente *mandamus* o relaxamento da prisão preventiva imposta à paciente.

Por se tratar de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Ademais, não verifico a existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.

Isso porque, dos informes obtidos na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que o processo teve trâmite regular, não havendo falar em inércia do Poder Judiciário. Constatou-se ainda, que se encontra encerrada a instrução criminal, estando os autos conclusos para sentença, a atrair ao caso a incidência da Súmula 52 deste Superior Tribunal de Justiça, que prevê:

Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Anote-se, ainda, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PROCESSO NA FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. INSTRUÇÃO ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. Encontrando-se o processo na fase de alegações finais fica prejudicado o pedido de liberdade provisória fundamentado na alegação de excesso de prazo da prisão preventiva. Incidência do enunciado n. 52 da Súmula desta Corte. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC 318.701/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 26/10/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

